
GERAÇÃO QUE NEM ESTUDA NEM TRABALHA NO NORDESTE BRASILEIRO

Generation that neither studies nor works in the Northeast of Brazil

Antonia Jaine da Silva Pereira

Economista. Mestra em Demografia. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Avenida Professor Olavo Montenegro, 2.829, Capim Macio, Natal - RN, 59.078-330. jainerodrigues22@yahoo.com

Silvana Nunes de Queiroz

Economista. Doutora em Demografia. Professora adjunta do Departamento de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Economia Regional e Urbana (PPGERU) da Universidade Regional do Cariri (URCA). Professora do Programa de Pós-Graduação em Demografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGDem/UFRN). Rua Coronel Antônio Luiz, 1161, Pimenta, Crato - CE, 63105-010. silvana.queiroz@urca.br

Resumo: O objetivo deste trabalho é traçar o perfil demográfico e socioeconômico dos jovens “nem-nem” (nem estuda nem trabalha) no Nordeste brasileiro, tendo em vista a relevância da temática e a ausência de estudos com foco na população juvenil da região. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD/IBGE) dos anos de 1995, 2005 e 2015 é a principal fonte de informações. Para o alcance do objetivo proposto, inicialmente, faz-se a descrição dos investimentos realizados na área educacional e dos programas para a inserção dos jovens no mercado de trabalho. Em seguida, apresenta-se a análise descritiva do perfil dos jovens “nem-nem” nordestinos, bem como estima-se a probabilidade de estar em tal condição. Os principais resultados revelam que no Nordeste, em 2015, 26,61% dos jovens de 15 a 29 anos de idade nem estudavam nem trabalhavam. Eram, em sua maioria, do sexo feminino, da raça/cor parda e com baixo nível de instrução e de rendimento. Os resultados também indicam que, dentre essas características, as questões de gênero e de pobreza/renda são as que mais contribuem para ser um “nem-nem” no Nordeste, ratificando estudos com recortes espaciais para outras partes do Brasil.

Palavras-chave: Nem-Nem; Juventude; Educação; Desemprego; Nordeste.

Abstract: The objective of this study is to trace the demographic and socioeconomic profile of young people classified as “NEET” (Not in Education, Employment or Training) in the Northeast of Brazil, in view of the relevance of the theme and the absence of studies focusing on the region’s youth population. The National Household Sample Survey (PNAD/IBGE) from 1995, 2005 and 2015 is the main source of information. In order to achieve the proposed objective, a description of the investments made in the educational area and programs that seek the insertion of young people in the labor market is initially presented. Then, a descriptive analysis of the profile of young people from the Northeast classified as “NEET” is made, the probability of these people being in such condition is also estimated. The main results reveal that in the Northeast, in 2015, 26.61% of young people aged 15 to 29 neither studied nor worked. They were mostly female, brown-skinned, with a low level of education and income. The results also indicate that among these characteristics, the matters of gender and poverty/income are the ones that contribute the most to be a “NEET” in the Northeast, ratifying studies that were made for other parts of Brazil.

Keywords: NEET; Youth; Education; Unemployment; Northeast.

1 INTRODUÇÃO

A partir dos anos 2000, estudos sobre a geração “nem-nem” (nem estuda nem trabalha) tornaram-se foco de análise na literatura brasileira, dado o aumento no contingente de jovens de 15 a 29 anos nessa condição. É preciso frisar que esse fenômeno não é recente e não se restringe ao Brasil, despertando, portanto, o interesse de pesquisadores e formuladores de políticas públicas de diversas áreas de estudo e em distintos países.

Dentre os primeiros estudos acerca do tema no Brasil, Camarano et al. (2006) analisaram, a partir dos microdados dos Censos Demográficos de 1980 e 2000, a evolução e as características dos jovens brasileiros (15 a 29 anos) que não estudavam e não estavam na força de trabalho. As autoras demonstram que as mulheres são maioria entre os jovens nem-nem no Brasil e, independente do sexo, predominam aqueles de raça/cor parda, com pouca escolaridade, residentes em domicílio rural, com elevado número de crianças e baixo rendimento.

Nesse contexto, no Brasil, em 2012 o contingente de jovens nem-nem chegava a mais de 6,4 milhões, merecendo mais atenção por parte dos governantes. No ano seguinte, tal população já seria de cerca de 10 milhões, conforme estimativas do IBGE (2014).

O assunto também é abordado no livro “Desafios à trajetória profissional dos jovens brasileiros” (CORSEUIL; BOTELHO, 2014). No capítulo dedicado especialmente ao fenômeno dos jovens “nem-nem”, Costa e Ulyssea (2014) estudam a geração “nem-nem” durante vinte anos (1992 a 2012), por meio de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), identificando momentos de arrefecimento (1992 a 2008) e, nos anos mais recentes (2009 a 2012), aumento no volume de jovens nessa condição.

Vê-se, portanto, que parte dos estudos já realizados voltam-se para o jovem nem-nem no Brasil (CAMARANO et al., 2006; FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2013; COSTA; ULYSSEA, 2014). Entretanto, trata-se de um tema de grande importância para o qual ainda não foram feitos muitos estudos com recortes diferenciados, com o foco regional, que pode mostrar grandes diferenças em relação à análise para o Brasil, dadas as distintas realidades econômicas, sociodemográficas, ocupacionais e geográficas que as cinco grandes regiões brasileiras apresentam (QUEIROZ, 2013).

Diante disso, é objetivo deste trabalho traçar o perfil demográfico e socioeconômico dos jovens “nem-nem” (nem estuda nem trabalha) na região Nordeste, ao longo dos anos de 1995, 2005 e 2015. Saber quantos são e quem são os jovens “nem-nem”, em diferentes escalas geográficas e grupos populacionais sociodemográficos distintos, pode ser uma importante ferramenta para auxiliar no desenvolvimento de políticas públicas que combatam a evasão escolar e o desemprego juvenil. Para alcançar o objetivo proposto, serão utilizados como principal fonte de dados os microdados da amostra da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) dos anos de 1995, 2005 e 2015, disponibilizados pelo IBGE. O tratamento empírico fez uso do software estatístico SPSS, que possibilita a obtenção dos dados para as estatísticas descritivas e para a construção do modelo probit por meio do uso do STATA.

Quanto à sua estrutura, o trabalho conta com esta introdução e outras quatro seções. A segunda seção apresenta, brevemente, algumas ações realizadas na área educacional e programas para a inserção dos jovens no mercado de trabalho. A terceira detalha os procedimentos metodológicos do trabalho, ao passo que na quarta são apresentados e analisados os atributos demográficos e socioeconômicos dos jovens nem-nem. Por último, a quinta seção apresenta as considerações finais com os principais achados do estudo.

2 AÇÕES REALIZADAS NA EDUCAÇÃO E PROGRAMAS PARA A INSERÇÃO DOS JOVENS NO MERCADO DE TRABALHO

A realização de reuniões, conferências, fóruns e acordos em níveis internacional e nacional acerca do tema educação é frequente, demonstrando sua importância dentro do desenvolvimento de qualquer país. A participação do Brasil nos marcos internacionais foi de grande relevância para que se iniciasse o combate aos desafios que se apresentavam no país. Foi a partir dos acordos internacionais que o governo brasileiro passou a intensificar esforços na área educacional, traduzindo-se em maiores investimentos.

Quanto aos resultados, pode ser destacado que “os últimos 10 anos foram o período de maior avanço da educação brasileira”. Nesse período, “[...] concretizou-se a quase universalização do Ensino Fundamental [...], ampliou-se o financiamento, criaram-se os primeiros mecanismos para acompanhamento da qualidade do ensino e foram formalizados os primeiros planos e metas para a educação nacional” (CNI-SESI, 2011, p. 118).

Para o avanço na Educação Básica, pode-se destacar o desenvolvimento e a implementação, ao longo dos anos 2000, de alguns mecanismos de financiamento e gestão, como o Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação) e o PDE (Plano de Desenvolvimento da Educação). Oficializado em 2007, esse último destinava-se a buscar, aliado a outros programas, a mobilização da sociedade e de esferas do governo para melhorar a qualidade da educação básica. Destinando-se a avaliar os avanços, foi criado o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), cujo desenvolvimento por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) garantia assistência técnica e financeira da União para estados e municípios (BAYER; MAINARDES, 2012).

Outras iniciativas do Governo Federal/MEC na Educação Básica envolveram, de modo geral, as áreas de gestão, infraestrutura, livros e materiais, formação continuada para professores, avaliação, tecnologias e prêmios e competições. Para cada nível de ensino em específico, tem-se, no Ensino Infantil e Fundamental, iniciativas voltadas para a alfabetização e melhoria da qualidade de ensino, como o Proinfância, o Mais Educação e a PNA (BRASIL, 2018; BRASIL, 2013). Com relação ao Ensino Médio, podem ser citados o fomento à implementação de escolas em tempo integral e a oferta de educação profissional e tecnológica (BRASIL, 2018). Já no Ensino Superior tem-se a preocupação com a ampliação do acesso e a permanência nesse nível de ensino, inclusive via descentralização/interiorização desse acesso, visto que sua oferta se deu e cresceu inicialmente na esfera privada e primordialmente destinada às metrópoles e aos centros urbanos (SULIANO, 2013).

Uma medida específica para o desenvolvimento da educação na região Nordeste é o Projeto de Educação Básica para o Nordeste, ou Projeto Nordeste, um acordo de empréstimo entre o governo brasileiro e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), firmado para o setor educacional dos nove estados da região, sendo o MEC responsável por sua execução. O projeto teve como objetivos o aumento da aprendizagem e a diminuição da evasão e da repetência escolar, de modo a elevar os índices de conclusão. Para isso, a atuação do projeto se daria sobre a qualidade do Ensino Básico, tanto estadual quanto municipal, e sobre a eficiência do gerenciamento educacional (PEREIRA, 2007).

Ao dissertar sobre o Projeto Nordeste, Cruz (2002) chama a atenção para os condicionantes políticos, econômicos e institucionais da ação de instituições internacionais nos países em desenvolvimento, como é o caso da atuação do Banco Mundial no Brasil, por meio do Projeto Nordeste. Apesar dos pontos positivos destacados a respeito da execução do projeto, como o microplanejamento da rede física, a informatização das secretarias de educação, a formação dos gestores, a atuação por meio de planejamento estratégico, a definição de um padrão de reforma para as escolas estaduais e a qualificação das equipes, a autora ainda acredita que “a médio e longo

prazo os prejuízos se impõem, tanto no aspecto econômico-financeiro do país, quanto no avanço de uma política que vai contribuir para tornar a escola pública mais segmentada e excludente” (CRUZ, 2002, p. 26).

Com o apoio de Banco Mundial, Unicef, Projeto Nordeste e MEC, o Programa de Pesquisa e Operacionalização de Políticas Educacionais desenvolveu, em 1996, uma pesquisa cujos resultados mostraram baixos índices de matrícula e desempenho escolar no Nordeste, confirmando a continuidade da defasagem do processo de ensino e aprendizagem na região, em meados da década de 1990, quando já estava em vigor o Projeto Nordeste (1994-1999) (PEREIRA, 2007; CRUZ, 2002).

Segundo Cruz (2002, p. 26), um fator que prejudicou o desenvolvimento do projeto foi este ter sido “[...] elaborado e implementado em um longo e conflituoso processo político, tendo a participação de diferentes governos”. Diferente do Projeto Nordeste, “O Fundescola, projeto sucessor, revela estar mais adequado às orientações do Banco Mundial, facilitando, ainda mais, o avanço da reforma neoliberal no setor educacional” (CRUZ, 2002, p. 26).

O Programa Fundo de Fortalecimento da Escola (Fundescola) foi criado em 1998, reproduzindo em parte a estrutura do Projeto Nordeste e ampliando suas metas, mas incluindo além do Nordeste, estados das regiões Norte e Centro-Oeste, identificadas como regiões também carentes. O programa é do MEC em parceria com as secretarias estaduais e municipais de educação. Seu financiamento provém do Governo Federal, sob responsabilidade do FNDE e, assim como o Projeto Nordeste, conta com empréstimo do Banco Mundial (PEREIRA, 2007).

O Fundescola se destina à promoção de ações para a melhoria da qualidade do Ensino Fundamental e o acesso e a permanência nas escolas públicas, com o seu desenvolvimento sendo dividido em três etapas. O Fundescola I se deu entre 1998 e 2001, com ações para fortalecer a gestão escolar e o processo de ensino e aprendizagem na região Norte e nos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás, no Centro-Oeste. Na etapa II, vigente até 2004, tem início o planejamento estratégico das secretarias, com destaque para a promoção de comunicação e mobilização social, passando a incorporar os nove estados da região Nordeste (PEREIRA, 2007). O Fundescola III, por sua vez, é marcado por mudanças nos critérios de seleção dos municípios, que passam a ser agrupados de acordo com suas prioridades/necessidades. O novo sistema eleva o número de municípios contemplados de 384 para 2.704, enquanto o número de alunos atendidos nas escolas públicas estaduais e municipais chega próximo aos 4,5 milhões (PEREIRA, 2007).

Como resultado, o programa “aproxima-se da meta traçada pela EAP [Estratégias de Assistência ao País], para a área de educação, que prevê a universalização do Ensino Fundamental até 2007 e estabelece a melhoria dos resultados educacionais e do desempenho escolar dos alunos” (PEREIRA, 2007, p. 52).

Quanto à inserção do jovem no mercado de trabalho, Pais (1990) afirma, ao estudar a “construção sociológica da juventude”, que a maioria dos problemas que afetam a juventude deriva da dificuldade de entrada no mundo do trabalho, transformando-os, às vezes, em um problema social. No Brasil, ainda nos anos 1990, surgem alguns programas públicos voltados aos jovens de baixa renda, tendo como objetivo combater o desemprego e conter problemas sociais como a violência, presente principalmente nos centros urbanos do país. Contudo, muitos desses programas eram focalizados, sendo “oferecidos pelo poder público em parceria com organizações da sociedade civil, de caráter socioeducativo, articulados a uma proposta de transferência de renda, com vistas a facilitar a inserção dos jovens no mundo do trabalho por meio de cursos de qualificação profissional” (CORROCHANO, 2011; PEDREIRA, 2016, p. 4).

Em relação às avaliações de tais programas, são destacadas como críticas à falta de articulação entre a formação profissional e a escolarização, a curta duração do processo formativo, a distância entre as propostas pedagógicas dos cursos profissionalizantes e os conhecimentos e competências demandados pelo mercado de trabalho, além da falta de envolvimento do setor produtivo no processo de construção das políticas de qualificação profissional (CORROCHANO, 2011).

Como programas mais recentes, de iniciativa do Governo Federal, podem ser destacados o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para os Jovens (PNPE), o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem), bem como suas modalidades (Projovem Adolescente - Serviço Socioeducativo, Projovem Urbano, Projovem Campo - Saberes da Terra e Projovem Trabalhador), além do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).

Tendo como foco a região Nordeste, embora não seja especificamente destinado aos jovens, pode ser mencionado o Protrabalho. O Programa de Promoção do Emprego e Melhoria da Qualidade de Vida do Trabalhador na região Nordeste e Norte do estado de Minas Gerais foi instituído em 1998 (resolução nº 171, de 27 de maio) pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat). Tal programa consiste em uma autorização para alocação de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) no Banco do Nordeste do Brasil S/A, com o objetivo de implementar ações distintas para o desenvolvimento de diversos setores/atividades no Nordeste e no norte de Minas Gerais, principalmente nos segmentos estratégicos para o avanço dos polos de desenvolvimento integrado, com vistas à geração de emprego e renda (FAT, 2020).

O recurso de até trezentos milhões de reais previsto na resolução para alocação no Protrabalho destinava-se a investimentos na atividade rural; nas atividades industrial, agroindustrial, de turismo e serviços; e em cooperativas e associações de produção. Contando com esse recurso, o Protrabalho poderia atender a demandas de financiamento dos setores público e privado, desde que observadas as condições de: i) geração de emprego e renda; ii) benefícios e melhorias da qualidade de vida dos trabalhadores; iii) reflexos de sua implementação no aumento da competitividade produtiva; e iv) alavancagem do desenvolvimento regional, a partir dos financiamentos concedidos aos setores estratégicos (FAT, 2020).

Para consolidar e ampliar as ações do programa, este foi continuado com o Protrabalho II (Resolução nº 210, de 19 de maio de 1999) e o Protrabalho III (Resolução nº 255, de 19 de outubro de 2000). Nessa última versão, passa a denominar-se apenas Programa de Promoção do Emprego e Qualidade de Vida do Trabalhador, dada a inclusão do norte do estado do Espírito Santo como área atendida (FAT, 2020).

Fazendo uma avaliação acerca dos programas desenvolvidos nesse molde, Cardoso Júnior (2006, p. 409) questiona a capacidade destes para atingir efetivamente um universo significativo de pequenos empreendimentos e para contrabalançar efeitos negativos de oscilações macroeconômicas sobre o emprego, visto que “[...] as flutuações do emprego no Brasil no período 1995-2005 estiveram mais ligadas às políticas macroeconômicas do que aos resultados desses programas”.

Referindo-se às alterações trazidas pela Constituição Federal de 1988, o autor afirma que o “fenômeno da reorganização do mercado de trabalho no Brasil tem, então, suscitado a necessidade de se buscar maior articulação das diversas políticas de emprego, e entre elas e as políticas macroeconômicas”. Outra sugestão é atentar para o fato de que parcela expressiva da PEA não é ocupada no setor formal do mercado de trabalho, enquanto a maioria dos programas continua presa à regulação desse setor da economia. Ademais, menciona a dificuldade de avaliação de desempenho das alocações, embora representem uma injeção expressiva de crédito na economia (CARDOSO JÚNIOR, 2006, p. 426).

Especificamente a respeito do Protrabalho, Passos e Constanzi (2002) destacam que entre 1998 e 2001 foram realizadas cerca de 45 mil operações de crédito, correspondentes ao valor total de R\$ 833 milhões, sendo a maioria dos financiamentos (73% conforme os autores) direcionada para clientes de pequeno porte. Além disso, no tocante à distribuição setorial dos recursos, os autores destacam a concentração no setor rural (65%), em detrimento do comércio, da indústria ou dos serviços (PASSOS; CONSTANZI, 2002).

Como Cardoso Júnior (2006), Passos e Constanzi (2002) também chamam a atenção para a influência do contexto macroeconômico, ao destacar que os resultados obtidos acerca da geração

de empregos pelo Protrabalho não estão isentos da atuação de fatores exógenos e, por isso, não devem ser entendidos como impacto direto do programa.

Embora não seja possível atribuir os empregos gerados unicamente ao Protrabalho, ele certamente contribuiu para o resultado, ao possibilitar a ampliação ou o financiamento de novos empreendimentos e, com isso, a geração de novos postos de trabalho, embora não especificamente para jovens. Políticas públicas com essa finalidade e direcionadas aos jovens no Nordeste não foram encontradas, pois em geral tais políticas para o trabalho são elaboradas pelos governos federal ou estadual, sendo menos frequente o foco regional.

3 MATERIAL E MÉTODOS

O universo deste estudo contempla os jovens de 15 a 29 anos de idade que não estudam e não trabalham, conhecidos na literatura como geração “nem-nem”, residentes na região Nordeste, nos anos de 1995, 2005 e 2015. O Nordeste figura como a terceira maior região em extensão, com uma área de 1.554.291,7 km², o que corresponde a 18,25% do território nacional. Ele é composto por 1.794 municípios distribuídos por nove estados, que são Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia (IBGE, 2014). E, segundo o Censo Demográfico de 2010, sua população era de 53.078.137 habitantes, o que lhe permite figurar como a segunda região mais habitada do país (QUEIROZ, 2013; IBGE, 2015).

Figura 1 – Mapa de localização da região Nordeste e os seus estados



Fonte: elaboração própria a partir da malha digital do IBGE (2010).

Quanto à fonte de dados, foram utilizados os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) dos anos de 1995, 2005 e 2015. Inicialmente, a amostra foi dividida em três categorias de análise: (i) nem-nem (nem estuda nem trabalha), (ii) não estuda/somente trabalha

e (iii) não trabalha/somente estuda, para observar a dimensão do contingente dos jovens que não estudam nem trabalham frente aos demais grupos e à população jovem da região em análise.

As variáveis selecionadas na caracterização demográfica e socioeconômica da população entre 15 a 29 anos que nem estuda nem trabalha foram:

- I. sexo: i) masculino e ii) feminino;
- II. grupos etários: i) 15 a 19 anos, ii) 20 a 24 anos e iii) 25 a 29 anos;
- III. nível de instrução: i) sem instrução ou fundamental incompleto, ii) fundamental completo ou médio incompleto, iii) médio completo ou superior incompleto e iv) superior completo;
- IV. mora com a mãe/pais no mesmo domicílio: i) sim e ii) não;
- V. situação do domicílio: i) urbano e ii) rural;
- VI. rendimento domiciliar *per capita* em salários mínimos: i) até 1/2, ii) mais de 1/2 até 1, iii) mais de 1 até 2, iv) mais de 2 até 3, v) mais de 3 até 5, vi) mais de 5 até 10 e vii) acima de 10.

No intuito de calcular o sentido e o grau de influência das variáveis apresentadas anteriormente sobre a condição do jovem ser ou não nem-nem, utilizou-se o modelo probit. O mesmo método foi utilizado por Figueiredo e Almeida (2017) ao estudar a população nem-nem a partir da PNAD de 2012, em um estudo para o Brasil.

No presente estudo foram utilizadas: como variável dependente a *dummy* referente a ser nem-nem (1) ou não (0); e como variáveis explicativas a escolaridade e as *dummies* sobre o sexo (0 para masculino e 1 para feminino), morar com a mãe (0 para não e 1 para sim), situação de domicílio (0 para rural e 1 para urbano) e o rendimento domiciliar *per capita* (0 para mais de 1/2 salário mínimo e 1 para até 1/2 salário mínimo).

O modelo escolhido baseia-se na utilização de uma variável dependente I_i determinada por uma ou mais variáveis explanatórias X_i . Por meio da variável dependente ou índice de utilidade observável é determinada a decisão da i -ésima observação do modelo. Ou seja, quanto maior o valor do índice I_i , maior a probabilidade de uma decisão positiva para a observação. O índice I_i pode ser definido como:

$$I_i = \beta_1 + \beta_2 X_i \quad (1)$$

Tem-se que $Y = 1$ para indivíduos na condição “nem-nem” e $Y = 0$ para o caso contrário, considerando que o índice I_i possui um nível crítico ou limiar I_i^* que atua como um limite, tal que, se I_i^* for menor ou igual a I_i , o indivíduo pertencerá à condição “nem-nem”, e caso contrário não, como exposto em (2).

$$Y = \begin{cases} 1, & \text{se } I_i^* \leq I_i \\ 0, & \text{se } I_i^* > I_i \end{cases} \quad (2)$$

Seguindo a premissa de normalidade, a probabilidade de que I_i^* seja menor ou igual a I_i pode ser calculada a partir da função de distribuição ou densidade de probabilidade acumulada (FDA) normal padronizada, expressa em (3).

$$P_i = P(Y = 1|X) = P(I_i^* \leq I_i) = P(Z_i \leq \beta_1 + \beta_2 X_i) = F(\beta_1 + \beta_2 X_i) \quad (3)$$

Onde:

$P(Y = 1|X)$ é a probabilidade do indivíduo estar na condição “nem-nem” dado um ou mais valores da variável explanatória X , e onde Z_i é a variável normal padronizada. F é a função de distribuição acumulada normal padrão, que é explicada em (4):

$$\begin{aligned}
 F(I_i) &= \frac{1}{\sqrt{2\pi}} \int_{-\infty}^{I_i} e^{-z^2/2} dz \\
 &= \frac{1}{\sqrt{2\pi}} \int_{-\infty}^{\beta_1 + \beta_2 X_i} e^{-z^2/2} dz
 \end{aligned}
 \tag{4}$$

Diferentemente dos parâmetros dos modelos de regressão linear comuns, que fornecem informações sobre o sentido e a grandeza da influência de uma variável explicativa, os parâmetros do modelo probit indicam de forma imediata somente o sentido da influência, já que os valores dos parâmetros estimados significam a contribuição individual das variáveis no índice de utilidade que não é observável, mas está relacionado com a probabilidade de o evento ocorrer.

Assim, informações sobre a grandeza da influência somente são obtidas por meio de cálculos adicionais. Como no modelo probit todos os regressores estão relacionados no cálculo da variação da probabilidade, a taxa dessa variação, ou seja, a grandeza da influência, será dada por $\beta_j f(Z_i)$, onde $f(Z_i)$ é a função de densidade da variável normal padrão e $Z_i = \beta_1 + \beta_2 X_{2i} + \dots + \beta_k X_{ki}$ é o modelo de regressão utilizado na análise.

Segundo Oliveira (1998), o pseudo- R^2 obtido no modelo probit, diferentemente do R^2 da regressão clássica, não tem interpretação intuitiva imediata, de modo que um valor próximo de 1 indicaria mais uma má especificação do que um bom ajustamento. Dessa forma, o comando “*estat class*” foi considerado como elemento de apreciação da qualidade dos resultados estimados, por informar o percentual de acertos do modelo. Tal comando consiste em uma matriz na qual se confrontam as predições do modelo, com a repartição efetiva das observações da amostra entre os dois grupos associadas ao 0 e ao 1.

Ao calcular para cada observação uma estimativa da probabilidade de $Y = 1$ (por meio das fórmulas apresentadas anteriormente), é predito que $Y_i = 1$ ou $Y_i = 0$, conforme essa estimativa exceda ou não 0,5. Em seguida, a informação é organizada numa tabela da seguinte forma:

	Y_i predito = 1	Y_i predito = 0	Totais
Y_i observado = 1	A	B	n1
Y_i observado = 0	C	D	n0
Totais	E	F	n

A e D representam os números correspondentes às previsões acertadas do modelo, enquanto B e C quantificam as previsões erradas. Assim, $(A+D)/n$ mostra o percentual de acertos do modelo, ao passo que a proporção de observações erradamente classificadas, $(B+C)/n$, é a chamada taxa aparente de erro.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A presente seção analisa o perfil do jovem nem-nem residente na região Nordeste. Inicialmente, a Tabela 1 mostra o volume de jovens que não estudam, não trabalham ou reúnem ambas as características, assim como as suas respectivas participações no total de jovens. Os dados referem-se aos anos de 1995, 2005 e 2015 e estão desagregados segundo grupos de idade (15 a 19, 20 a 24 e 25 a 29 anos).

O volume total de jovens, como pode ser observado, experimentou um incremento de mais de 2,9 milhões entre 1995 a 2005, apresentando uma queda substancial entre 2005 e 2015, em mais de 1,1 milhão de jovens. Tal diminuição está associada ao declínio na taxa de fecundidade e ao aumento na expectativa de vida, que vêm transformando a estrutura etária da população, diminuindo o tamanho e a proporção dos grupos etários de crianças e jovens.

A divisão entre os grupos etários mostra que o grupo de 15 a 19 anos permaneceu como o de maior peso nos três anos analisados, assim como o de 25 a 29 anos continuou com a menor participação. Desse modo, ambas as variações registradas para a população jovem total se mostram mais expressivas no grupo com idade entre 20 e 24 anos, cujo peso percentual cresceu de 31,02% para 34,52%, aproximando-se em termos absolutos e percentuais do grupo mais jovem (15 a 19) em 2005, mas reduzindo posteriormente (2015) para 31,40%, praticamente o mesmo patamar de 1995.

Em 1995, do volume total de jovens registrados no Nordeste, quase 70% encontravam-se sem estudar. Essa proporção caiu para pouco mais de 62% em 2005, mas voltou a crescer para aproximadamente 64% em 2015. A análise por grupo etário mostra que, nos três anos analisados, do total de jovens que não estudam, a faixa mais jovem (15 a 19) registrou a menor participação em relação aos demais grupos de idade, apresentando ainda considerável redução entre 1995 e 2005 (de 26,56% para 18,51%). Esse resultado indica que, cada vez mais, os jovens permanecem estudando, confirmando-se pelo comportamento do grupo de 20 a 24 anos, especificamente entre 2005 e 2015. Entre 25 e 29 anos, por outro lado, a proporção de jovens que não estuda é maior (cerca de 40%) e crescente, ao longo dos três anos em estudo.

Tabela 1 – Volume e participação dos jovens que não estudam e/ou não trabalham no total de jovens de 15 a 29 anos, segundo o grupo de idade – Nordeste – 1995, 2005 e 2015

Grupo Etário	População Total		Não Estuda		Não Trabalha		Nem-Nem	
	Abs.	(%)	Abs.	(%)	Abs.	(%)	Abs.	(%)
1995								
15 a 19	5.066.354	41,35	2.245.465	26,56	2.530.998	52,77	820.375	30,68
20 a 24	3.800.518	31,02	3.039.829	35,95	1.318.440	27,49	980.751	36,68
25 a 29	3.385.245	27,63	3.170.480	37,49	946.842	19,74	872.528	32,63
15 a 29	12.252.117	100,00	8.455.774	100,00	4.796.280	100,00	2.673.654	100,00
Part. (%) no total de 1995*	-		69,01		39,15		21,82	
2005								
15 a 19	5.557.125	36,66	1.744.589	18,51	3.321.489	50,62	832.000	25,30
20 a 24	5.232.613	34,52	3.870.722	41,07	1.979.620	30,17	1.372.293	41,73
25 a 29	4.370.206	28,83	3.809.655	40,42	1.260.262	19,21	1.083.875	32,96
15 a 29	15.159.944	100,00	9.424.966	100,00	6.561.371	100,00	3.288.168	100,00
Part. (%) no total de 2005*	-		62,17		43,28		21,69	
2015								
15 a 19	5.294.020	37,75	1.684.325	18,81	3.935.400	53,44	1.021.437	27,38
20 a 24	4.402.744	31,40	3.415.892	38,14	1.968.473	26,73	1.421.809	38,11
25 a 29	4.325.388	30,85	3.855.436	43,05	1.459.958	19,83	1.287.746	34,51
15 a 29	14.022.152	100,00	8.955.653	100,00	7.363.831	100,00	3.730.992	100,00
Part. (%) no total de 2015*	-		63,87		52,52		26,61	

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados das PNADs 1995, 2005 e 2015.

*Condições/categorias não são excludentes, em razão disso os percentuais não somam 100%.

Visto que essas idades caracterizam, em geral, diferentes perfis de ocupação/uso do tempo, o inverso é encontrado quando se trata dos jovens que não trabalham. É verificado aumento expressivo ao longo dos anos em estudo, sempre com o elevado percentual devendo-se ao grupo mais jovem (15 a 19).

Em 1995, aproximadamente 4,8 milhões de jovens não trabalhavam no Nordeste, correspondente a 39,02% da população total juvenil. Esse volume e percentual crescem até 2005, e mais ainda até 2015, chegando a 52,52%, com um incremento total de mais de 2,5 milhões. Quanto aos grupos etários, independente do ano analisado, mais de 50% desses jovens tem entre 15 e 19 anos, ao passo que a participação de 25 a 29 anos é inferior a 20%, embora tenha crescido em termos absolutos. Já o grupo intermediário contribui para a elevação do número de jovens sem trabalho, ao incrementar mais de 650 mil entre 1995 e 2005, apresentando pequena redução no intervalo seguinte (2005/2015).

Dado o sentido diferente da variação da população jovem total entre 1995 e 2005 e entre 2005 e 2015, resultados distintos podem ser observados dependendo de se considerar os valores absolutos ou percentuais. O incremento de mais de 600 mil jovens na categoria dos nem-nem entre 1995 e 2005 se mostra praticamente estável em termos percentuais (aproximados 22%). Por outro lado, o aumento de 5 pontos percentuais observado entre 2005 e 2015, de 21,69% para 26,61%, corresponde a um volume adicional menor, embora considerável, de 442.824 jovens. Todos os grupos etários influenciaram positivamente o aumento de jovens na condição de nem-nem.

Os resultados indicam o agravamento dos nem-nem, dado o crescimento no volume e no percentual destes, mesmo com a redução da população jovem total (15 a 29 anos). O aumento do seu peso frente ao total de jovens se mostra mais associado à elevação no volume e ao percentual de jovens sem trabalho, tendo esse aumento ocorrido principalmente nos grupos de 20 a 24, especialmente entre 1995 e 2005, e de 25 a 29 anos.

Para mostrar mais detidamente a evolução na condição dos jovens nem-nem nordestinos, é apresentado na Tabela 2 o crescimento médio anual de jovens em cada categoria. Para a população total, essa taxa foi de 2,15% no intervalo 1995/2005 e de -0,78 no período 2005/2015.

Tabela 2 – Taxa de crescimento médio anual do volume de jovens que não estudam e/ou não trabalham – Nordeste – 1995/2005 e 2005/2015

Condição do Jovem	Taxa Média de Crescimento	
	1995/2005	2005/2015
População Total	2,15	-0,78
Não Estudam	1,09	-0,51
Não Trabalham	3,18	1,16
Nem-Nem	2,09	1,27

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados das PNADs 1995, 2005 e 2015.

Como visto também na Tabela 1, entre 1995 e 2005 cresceu consideravelmente o número de jovens que não estudavam ou não trabalhavam, especialmente esse último, que contou com um crescimento médio anual de 3,18%. Para aqueles que não estudavam essa taxa foi de 1,09%. Assim, como resultado, obteve-se para a condição de nem-nem um aumento médio anual de 2,09%. Já entre 2005 e 2015, devido a uma menor taxa de crescimento para as duas categorias em separado, a taxa de crescimento registrada para os nem-nem foi de 1,27%, devendo-se principalmente à condição “não trabalha”, que continuou crescendo, ao contrário dos jovens registrados na condição “não estuda”, cuja taxa de crescimento foi negativa.

Os resultados apontam para um maior peso na falta de oportunidades de trabalho para os jovens, o que se confirma pela menor frequência com que são elaboradas as políticas públicas para esse fim com foco na juventude, ao contrário das iniciativas na área educacional, há muito discutidas e cada vez mais presentes nas agendas públicas e nos planos de governo.

Quanto ao perfil demográfico, iniciando pela análise do sexo dos jovens nem-nem por grupo etário (Tabela 3), observa-se que a maioria são mulheres, porém há considerável redução ao longo dos anos analisados. Em 1995, dentre os jovens de 15 a 29 anos, a participação feminina era

de 77,15% contra apenas 22,85% do sexo masculino. Em 2015, o novo quadro mostra 66,67% e 33,33% de participação feminina e masculina, respectivamente.

Resultado semelhante é encontrado por Camarano *et al.* (2006) ao investigar os nem-nem no Brasil nos anos de 1980 e 2010, mostrando que, apesar de sua participação ter diminuído, as mulheres ainda constituem maioria. Outros estudos, como os de Figueiredo e Almeida (2017) e Remy e Vaz (2017), também corroboram com o encontrado ao apontar a existência de forte efeito de gênero no fenômeno dos nem-nem.

A respeito da divisão entre os grupos etários, chama atenção a diferença entre homens e mulheres na evolução dos percentuais. No caso deles, idades mais elevadas correspondem a participações menores no total de jovens na condição de nem-nem, possivelmente associadas ao motivo de trabalho, enquanto para as mulheres ocorre o inverso. Entre 15 e 19 anos, os percentuais encontrados para o sexo feminino caíram de 69% em 1995 para 66% em 2005 e 62% em 2015, sendo essa última a menor participação registrada para elas e, portanto, a maior masculina (37,95%). De 20 a 24 anos, grupo de idade em que se encontra grande parte dos nem-nem, os dados se mostram mais concentrados, partindo de 78,39% no primeiro ano analisado para 65,49% no último. Já no grupo etário de 25 a 29 anos, com percentuais ainda mais elevados para o sexo feminino, é registrada a maior participação quando 83,11% dos nem-nem são mulheres (1995). E, vinte anos depois (2015), a participação feminina ainda se situa acima de 70%.

Tabela 3 – Sexo dos jovens “nem-nem” por grupo etário – Nordeste – 1995, 2005 e 2015

Sexo	15 a 19	20 a 24	25 a 29	15 a 29
1995				
Masculino	30,67	21,61	16,89	22,85
Feminino	69,33	78,39	83,11	77,15
Total	100,00	100,00	100,00	100,00
2005				
Masculino	33,83	27,87	24,76	28,35
Feminino	66,17	72,13	75,24	71,65
Total	100,00	100,00	100,00	100,00
2015				
Masculino	37,95	34,51	28,35	33,33
Feminino	62,05	65,49	71,65	66,67
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados das PNADs 1995, 2005 e 2015.

A diferença entre homens e mulheres quanto à transição entre adolescência e vida adulta é um fator importante a ser considerado, diante da predominância do sexo feminino. Segundo Cardoso (2013), parte delas pode estar na condição de nem-nem não necessariamente por frustração de expectativas, pois já tendo completado o ciclo escolar podem adiar a entrada no mercado de trabalho para realizar projetos de casamento ou maternidade, especialmente entre as mais velhas. Contudo, também há os casos em que a inatividade escolar e econômica decorre de tais frustrações, como a gravidez na adolescência entre as mais jovens ou a necessidade de cuidar de irmãos mais novos ou parentes idosos, tarefas tradicionalmente atribuídas às mulheres, tornando-as mais propensas à condição de nem-nem (REMY; VAZ, 2017).

Sobre o nível de instrução (Tabela 4), inicialmente, em 1995, destaca-se o considerável percentual de jovens nem-nem sem instrução ou com Ensino Fundamental incompleto (76,48%). Contudo, ao longo dos anos, precisamente entre 2004 e 2014, com o aumento nos investimentos em educação no Brasil e no Nordeste constata-se melhora na escolaridade do jovem nem-nem nordestino e, com isso, a participação na primeira categoria educacional em análise diminuiu significativamente, chegando a 34,82% em 2015. Assim, no último ano em análise, o Ensino Médio

completo ou superior incompleto passa a sobressair-se (42,40%). Além disso, apesar de uma participação pequena, o percentual de jovens nem-nem no Nordeste com superior completo também registrou aumento de 0,58% em 1995 para 2,76% em 2015. Tais resultados, por um lado, mostram que os jovens nem-nem estão cada vez mais escolarizados e, por outro lado, apontam que o mercado de trabalho não os absorve/emprega.

O avanço no nível de instrução dos nem-nem no Nordeste pode advir das várias iniciativas empreendidas frequentemente na educação. Entretanto, nesse contexto uma boa escolaridade não é um bom resultado, já que indica dificuldades de continuar se qualificando e, principalmente, de inserção no mercado de trabalho apesar da instrução alcançada. Assim, a melhoria observada ratifica o argumentado de que a falta de oportunidades de trabalho tem se tornado mais determinante para a condição de nem-nem.

Tabela 4 – Nível de instrução dos jovens “nem-nem” por grupo etário – Nordeste – 1995, 2005 e 2015

Nível de Instrução	15 a 19	20 a 24	25 a 29	15 a 29
1995				
Sem instrução ou fundamental incompleto	88,62	73,14	68,98	76,48
Fundamental completo ou médio incompleto	7,52	13,96	16,09	12,70
Médio completo ou superior incompleto	3,86	12,40	13,74	10,25
Superior completo	0,00	0,50	1,19	0,58
Total	100,00	100,00	100,00	100,00
2005				
Sem instrução ou fundamental incompleto	68,60	50,00	57,26	57,07
Fundamental completo ou médio incompleto	15,39	15,82	13,22	14,87
Médio completo ou superior incompleto	16,01	33,27	27,40	27,00
Superior completo	0,00	0,91	2,11	1,07
Total	100,00	100,00	100,00	100,00
2015				
Sem instrução ou fundamental incompleto	40,89	30,30	34,99	34,82
Fundamental completo ou médio incompleto	20,86	21,16	18,10	20,02
Médio completo ou superior incompleto	38,24	46,29	41,40	42,40
Superior completo	0,00	2,25	5,52	2,76
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados das PNADs 1995, 2005 e 2015.

Os nem-nem de 15 a 19 anos figuram, em 1995, como o grupo menos instruído, pois dentre eles 88,62% encontravam-se sem instrução ou apenas com fundamental incompleto. A partir do fundamental completo até o superior incompleto, somava-se pouco mais de 11%, ao passo que nenhum havia alcançado o superior completo, assim como ocorreu nos anos subsequentes devido à idade baixa para isso. Em 2005, o percentual dos jovens com menor instrução caiu 20 pontos percentuais (para 68,60%) e mais 28 pontos em 2015 (para 40,89%). De início, essa queda dividiu-se entre as duas categorias imediatamente seguintes. Já em 2015 ocorreu quase totalmente em detrimento do aumento da categoria com médio completo e superior incompleto, mas, ainda assim, continuou a destacar-se como maioria.

Para o grupo de idade entre 20 a 24, a escolaridade supera somente o grupo mais jovem em 1995, com 73,14% com nenhuma ou pouca instrução. Já em 2005 passa a ser o de melhor escolaridade entre os três grupos em análise, quando o percentual de jovens com a escolaridade mais baixa diminui para 50%, arrefecendo para 30,30% em 2015. As outras três categorias beneficiam-se, mas principalmente médio completo ou superior incompleto, que saem de 12,40% para 46,29% e passam a destacar-se em 2015.

Por fim, de 25 a 29 anos, quase 69% dos jovens, são sem instrução ou com fundamental incompleto em 1995. Em 2005, esse percentual caiu para 57,26%, havendo em contrapartida elevação daqueles com médio completo ou superior incompleto (de 13,74% em 1995 para 27,40% em 2005). Em 2015, esse último atingiu 41,40%, maior que os 34,99% referentes aos jovens sem instrução ou fundamental incompleto, o que predominou nos anos anteriores.

Via de regra, a ordem dos percentuais destacada para o grupo geral (15 a 29) repetiu-se nos grupos etários, assim como a evolução contrária entre as categorias sem instrução ou fundamental incompleto e as demais, especialmente médio completo a superior incompleto, ao longo dos anos estudados. No caso dos nem-nem, uma maior escolaridade significa um capital humano ocioso, mas, por outro lado, a menor escolaridade pode contribuir para dificultar a inserção no mercado de trabalho, a exemplo do considerável percentual de jovens de 15 a 19 anos que não alcançaram ao menos o fundamental completo, mesmo em 2015, encerrando os estudos muito cedo. Assim, as ocupações quando encontradas por esses jovens são precárias ou em atividades de curta duração, levando a elevadas taxas de rotatividade e desemprego (MONTEIRO, 2013).

Por meio da Tabela 5, é possível notar o elevado e crescente percentual de jovens que moram com a mãe no mesmo domicílio, embora se tornem maioria somente em 2015. Em 1995 eram 45,54%, depois 49,04% em 2005, alcançando mais de 53% em 2015.

Tabela 5 – Jovens ‘nem-nem’ que moram com a mãe ou não por grupo etário – Nordeste – 1995, 2005 e 2015

Mora com a Mãe	15 a 19	20 a 24	25 a 29	15 a 29
1995				
Sim	62,59	44,55	29,34	45,54
Não	37,41	55,45	70,66	54,46
Total	100,00	100,00	100,00	100,00
2005				
Sim	59,57	51,55	37,14	49,04
Não	40,43	48,45	62,86	50,96
Total	100,00	100,00	100,00	100,00
2015				
Sim	66,39	56,55	38,23	53,13
Não	33,61	43,45	61,77	46,87
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados das PNADs 1995, 2005 e 2015.

Em uma análise direcionada aos grupos etários, pode-se observar que de 15 a 19 anos o percentual de nem-nem morando com a mãe é de 62,59%, maior dentre os três grupos, dado ser o mais jovem. Em 2005, apresenta pequena redução para 59,57%, mas volta a crescer em 2015, alcançando 66,39%, ou seja, a cada 3 jovens que nem estudam nem trabalham no Nordeste, 2 moram com a mãe. Dos 20 aos 24 anos, aqueles que têm mãe no domicílio não figuram como maioria em 1995, quando representam aproximadamente 45%. Contudo, em 2005 cresce para 52% e chega a 57% em 2015. Por outro lado, no grupo menos jovem (25 a 29), a maioria relativa dos nem-nem não mora com os pais, mas essa proporção apresenta diminuição ao longo dos anos, especialmente entre 1995 e 2005, quando sai de 70,66% para 62,86%. Em 2015, chega a 61,77%, enquanto 38,23% moram com a mãe, percentual considerável visto a idade que possuem.

O resultado está de acordo com a literatura sobre os nem-nem, ou a chamada geração canguru, que destaca a permanência dos jovens junto da família, devido ao conforto proporcionado ou à falta de perspectivas no mercado de trabalho, levando-os à inatividade econômica, por vezes associada à inatividade escolar (REMY; VAZ, 2017).

A Tabela 6 refere-se à situação de domicílio dos jovens nem-nem. Vê-se que boa parte reside em domicílio urbano, com percentual de 72,14% em 1995 contra 27,86% que residem em domicílio rural. Essa proporção no urbano aumenta em 2005 (78,59%), mas reduz em 2015 para 72,43%, ficando praticamente no mesmo patamar de 1995.

Quanto aos grupos de idade, observam-se percentuais mais elevados para os jovens nem-nem morando no urbano à medida que as idades são mais elevadas, isto é, para o grupo de 15 a 19 anos esse percentual é de 67,07% em 1995, de 20 a 24 anos tem-se 73,64% e de 25 a 29, 75,22%. Em 2005, como destacado na dinâmica geral, os jovens tornam-se mais concentrados no domicílio urbano, atingindo o máximo de 81,11% no grupo de idade mais elevada. Contudo, os percentuais arrefecem em 2015 para praticamente o mesmo patamar de 1995.

Tabela 6 – Situação de domicílio dos jovens “nem-nem” por grupo etário – Nordeste – 1995, 2005 e 2015

Situação de Domicílio	15 a 19	20 a 24	25 a 29	15 a 29
1995				
Urbano	67,07	73,64	75,22	72,14
Rural	32,93	26,36	24,78	27,86
Total	100,00	100,00	100,00	100,00
2005				
Urbano	74,22	79,26	81,11	78,59
Rural	25,78	20,74	18,89	21,41
Total	100,00	100,00	100,00	100,00
2015				
Urbano	69,29	72,77	74,54	72,43
Rural	30,71	27,23	25,46	27,57
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados das PNADs 1995, 2005 e 2015.

Esse resultado pode ser explicado em função da atração que o urbano exerce sobre os indivíduos, que o veem como um espaço de oportunidades. Assim, explica-se o grande volume de jovens nem-nem em tal meio, visto que, além dos jovens já residentes no meio urbano, há a migração do rural para tal área em busca de estudo, trabalho e/ou outros aspectos de qualidade de vida (HARTWIG, 2012), muitas vezes tendo abandonado ou concluído os estudos, levando em conta sua situação econômica (GARCIA et al., 2012). Somado a isso, cabe assinalar que há nos centros urbanos grande seletividade migratória (QUEIROZ, 2013) e rotatividade de trabalhadores que elevam o desemprego, que, por sua vez, atinge principalmente os mais jovens (MONTE; PENIDO, 2008).

A Tabela 7 traz informações a respeito da condição financeira dos jovens nem-nem na região Nordeste, mostrando em qual faixa de rendimento se concentram. Conforme os dados, o rendimento *per capita* é inferior a meio salário para mais de 58% desses jovens em 1995, com outros 24,38% situando-se na faixa entre meio e um salário mínimo. Em 2005, os nem-nem aparecem ainda mais concentrados na faixa de rendimento mais baixo, com percentual de aproximadamente 69%, que pouco se altera até 2015 (67,18%).

Ao longo do intervalo de vinte anos estudado (1995 a 2015), os nem-nem se tornam cada vez mais concentrados nas duas faixas de rendimento mais baixo, visto que em 1995 havia mais de 17% acima de 1 salário mínimo enquanto em 2015 eram pouco mais de 8%.

Dentre os três grupos etários, o de 15 a 19 anos concentra inicialmente um volume maior de jovens com menor rendimento, resultando em um percentual mais elevado nos dois primeiros anos analisados. Em 1995, eram 62,02% aqueles que possuíam rendimento de no máximo $\frac{1}{2}$ salário mínimo. Em 2005, crescem para 72,80% e junto à faixa seguinte (de $\frac{1}{2}$ até 1 salário mínimo)

abrangem mais de 90% dos nem-nem. Já em 2015 há diminuição para 67,46%, que, contudo, ainda supera o registrado em 1995.

Nos outros dois grupos de idade, os valores são mais desconcentrados entre as faixas de rendimento, isto é, há relativamente menos nem-nem na faixa mais pobre. Os jovens com rendimento abaixo de ½ salário mínimo em 1995 representavam aproximadamente 56% e 58% do total de jovens de 20 a 24 e de 25 a 29 anos, respectivamente. Em 2005, o percentual cresce para quase 68% para ambos e, em 2015, é de 67%.

Tabela 7 – Faixa de rendimento *per capita* em salários mínimos dos jovens “nem nem” por grupo etário – Nordeste – 1995, 2005 e 2015

Faixa de Rendimento em SM <i>per capita</i>	15 a 19	20 a 24	25 a 29	15 a 29
1995				
Até ½ salário mínimo	62,02	55,72	58,02	58,40
Mais de ½ até 1 salário mínimo	24,58	25,67	22,74	24,38
Mais de 1 até 2 salários mínimos	8,36	11,25	11,04	10,29
Mais de 2 até 3 salários mínimos	1,78	2,96	3,12	2,65
Mais de 3 até 5 salários mínimos	0,82	1,52	1,98	1,45
Mais de 5 salários mínimos	2,43	2,88	3,11	2,82
Total	100,00	100,00	100,00	100,00
2005				
Até ½ salário mínimo	72,80	67,63	67,71	68,97
Mais de ½ até 1 salário mínimo	20,23	22,07	21,60	21,45
Mais de 1 até 2 salários mínimos	5,31	7,20	7,11	6,69
Mais de 2 até 3 salários mínimos	0,99	1,71	1,40	1,43
Mais de 3 até 5 salários mínimos	0,56	0,97	1,41	1,01
Mais de 5 salários mínimos	0,11	0,42	0,78	0,46
Total	100,00	100,00	100,00	100,00
2015				
Até ½ salário mínimo	67,46	67,36	66,76	67,18
Mais de ½ até 1 salário mínimo	25,62	25,47	24,23	25,08
Mais de 1 até 2 salários mínimos	4,91	5,74	6,65	5,83
Mais de 2 até 3 salários mínimos	0,79	0,56	1,36	0,90
Mais de 3 até 5 salários mínimos	0,86	0,49	0,60	0,63
Mais de 5 salários mínimos	0,35	0,39	0,39	0,38
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados das PNADs 1995, 2005 e 2015.

No último ano analisado, praticamente não há diferença entre os grupos etários, que se tornam mais homogêneos no que se refere ao baixo rendimento. Em outras palavras, chama atenção o ‘empobrecimento’ dos nem-nem ao longo do período analisado, tendo em vista o crescente percentual combinado das duas primeiras faixas de rendimento em detrimento da diminuição das demais.

No estudo para o Brasil, Garcia et al. (2012) ressaltam as dificuldades de obtenção de renda da população jovem. Segundo os autores:

Além das taxas de desemprego elevadas para os jovens, os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam também que a parcela jovem no Brasil, ou seja, o grupo entre 15 e 29 anos, representava em 2008 aproximadamente 50 milhões de pessoas, cerca de 26% da população. Desse total, 30% pertenciam ao segmento considerado pobre (renda per capita inferior a meio salário mínimo), 53% ao extrato intermediário (renda per capita entre meio e dois salários mínimos) e apenas 17% oriundos de famílias com renda per capita superior a dois salários mínimos, indicando que parcela significativa dessa faixa etária está condicionada às di-

ficuldades de obtenção de renda e/ou à pobreza, necessitando inserir-se no mercado de trabalho o mais cedo possível (GARCIA et al., 2012, p. 483).

Como indicado pelos autores, os jovens brasileiros estão em famílias com renda baixa, tendo em vista que 83% apresentam renda domiciliar *per capita* inferior a 2 salários mínimos. Para os jovens nem-nem no Nordeste essa afirmativa se torna ainda mais válida, pois mesmo em 2015 o percentual daqueles cujos rendimentos chegavam a até 2 salários-mínimos era de 98,09%. Desse modo, os dados apresentados para o Nordeste mostram que a maioria se encontra em famílias com baixo rendimento, tornando-se cada vez mais importantes políticas públicas de estímulo ao emprego e educação notadamente para os jovens de baixa renda.

Quanto à aplicação do modelo probit, foi possível obter, a partir dos primeiros resultados, informações referentes ao sentido da influência de cada variável na probabilidade de os indivíduos observados estarem na condição de nem-nem. Como resultado do comando “*estat class*”, tem-se um percentual de acertos de aproximadamente 79% para os anos de 1995 e 2005 e de 75% em 2015.

Os resultados para o sentido da influência (Tabela 8) não mostram alterações ao longo dos anos. A escolaridade e o fato de morar com a mãe afetam negativamente a probabilidade de ser nem-nem, enquanto “Feminino”, “Urbano” e “Até meio SM” têm efeito positivo.

Tabela 8 – Resultados do modelo probit – Nordeste – 1995, 2005 e 2015

Nem-Nem	Coefficiente	Erro-Padrão	z	P > z
1995				
Feminino	0,7574	0,0190	39,76	0,0000
Escolaridade	-0,0430	0,0028	-15,41	0,0000
Mora com a mãe	-0,2693	0,0181	-14,86	0,0000
Urbano	0,3931	0,0226	17,36	0,0000
Até meio SM	0,3369	0,0195	17,27	0,0000
Intercepto	-1,2565	0,0342	-36,74	0,0000
2005				
Feminino	0,6167	0,0161	38,41	0,0000
Escolaridade	-0,0350	0,0024	-14,84	0,0000
Mora com a mãe	-0,1769	0,0158	-11,21	0,0000
Urbano	0,4535	0,0204	22,25	0,0000
Até meio SM	0,4358	0,0170	25,65	0,0000
Intercepto	-1,3491	0,0331	-40,81	0,0000
2015				
Feminino	0,5297	0,0188	28,23	0,0000
Escolaridade	-0,0296	0,0030	-9,93	0,0000
Mora com a mãe	-0,1142	0,0186	-6,13	0,0000
Urbano	0,1196	0,0228	5,25	0,0000
Até meio SM	0,5287	0,0195	27,15	0,0000
Intercepto	-0,9353	0,0434	-21,57	0,0000

Fonte: resultados do modelo probit a partir dos microdados das PNADs de 1995, 2005 e 2015.

Além do sentido da influência, é possível estimar o efeito marginal associado à probabilidade do evento “1” (ser nem-nem) ocorrer (Tabela 9). No primeiro ano analisado, as estimativas mostram que ser do sexo feminino aumenta em mais de 20% a probabilidade de ser nem-nem. Nos anos seguintes, esse percentual apresenta diminuição, situando-se próximo aos 17% em 2005 e 16% em 2015. Ainda assim, a variação na probabilidade de o evento ocorrer ocasionada por essa dummy é significativamente mais elevada em relação às demais variáveis explicativas, sobretudo em 1995.

Para a escolaridade, que apresentou influência negativa sobre o evento analisado, cada ano a mais de instrução reduz a probabilidade de ser classificado como nem-nem em 1,17% em 1995.

Esse poder de redução diminui ao longo dos anos, passando para pouco menos de 1% nos dois outros anos em estudo. Embora seja uma variação pequena, pode-se apontar que, paralelamente aos investimentos em educação que levaram a uma melhoria no nível de instrução desses jovens, deve-se atuar mais em relação à criação de oportunidades de trabalho, o que aparenta ser o maior entrave para a saída da condição de nem-nem.

Tabela 9 – Efeito marginal das variáveis – Nordeste – 1995, 2005 e 2015

Variável	dy/dx	Erro-Padrão	Z	P > z	X
1995					
Feminino*	0,2043	0,0049	41,48	0,0000	0,5108
Escolaridade	-0,0117	0,0008	-15,44	0,0000	6,3856
Mora com a mãe*	-0,0751	0,0052	-14,57	0,0000	0,5952
Urbano*	0,0982	0,0051	19,19	0,0000	0,7451
Até meio SM*	0,0942	0,0056	16,97	0,0000	0,4152
2005					
Feminino*	0,1710	0,0043	39,41	0,0000	0,5022
Escolaridade	-0,0098	0,0007	-14,86	0,0000	8,4440
Mora com a mãe*	-0,0500	0,0045	-11,06	0,0000	0,5958
Urbano*	0,1128	0,0045	25,36	0,0000	0,7751
Até meio SM*	0,1206	0,0046	26,03	0,0000	0,5143
2015					
Feminino*	0,1646	0,0057	28,79	0,0000	0,5004
Escolaridade	-0,0092	0,0009	-9,94	0,0000	10,066
Mora com a mãe*	-0,0360	0,0059	-6,08	0,0000	0,6002
Urbano*	0,0365	0,0068	5,39	0,0000	0,7860
Até meio SM*	0,1660	0,0061	27,38	0,0000	0,4713

Fonte: resultados do modelo probit a partir dos microdados das PNADs 1995, 2005 e 2015.

Notas: $y = \Pr(\text{nem-nem}) (\text{predict}) = 0,19208763; 0,19866953; 0,24257548$, respectivamente. *dy/dx é para a mudança discreta da variável *dummy* de 0 para 1.

Morar com a mãe é outra *dummy* que tem efeito negativo sobre a probabilidade de ser nem-nem. O resultado é diferente do esperado, dado o elevado percentual de jovens que mora com os pais observado na Tabela 5. Contudo, assim como nessa última cresce o peso percentual de jovens com tal característica, no resultado do modelo diminui a cada ano esse efeito de redução (-7,51%, -5,00% e -3,60% em 1995, 2005 e 2015, respectivamente), apontando para uma inversão do sentido da influência.

Sobre a situação de domicílio, foi observado aumento na probabilidade de ser nem-nem para os jovens que residam em área urbana. Tal influência cresce entre 1995 e 2005, de 9,82% para 11,28%, mas reduz em 2015 para aproximadamente 4%.

Já a *dummy* associada ao rendimento familiar mostrou que possuir rendimento *per capita* abaixo de meio salário mínimo eleva em muito a probabilidade de o jovem ser nem-nem, e o efeito é, além de positivo, crescente. Em 1995 era 9,42%, aumentando para 12,06% em 2005 e atingindo 16,60% em 2015, quando supera o efeito marginal da *dummy* para sexo e torna-se, portanto, a variável explicativa com maior impacto, reafirmando os resultados destacados nas estatísticas descritivas.

Por fim, outro aspecto importante que deve ser apontado é o significativo crescimento da probabilidade de o jovem estar na condição de nem-nem. Tal probabilidade, que foi de 19,21% em 1995, alcançou mais de 24% em 2015, indicando o agravamento desse problema social ao longo dos anos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo como problema de estudo o significativo crescimento no contingente de jovens simultaneamente fora da escola e do mercado de trabalho, tema que possui grande relevância social, o presente trabalho buscou traçar o perfil demográfico e socioeconômico dos jovens “nem-nem” (nem estuda nem trabalha) na região Nordeste. A análise dos resultados os caracterizou como maioria do sexo feminino, o que vem mudando gradualmente. Ademais, cerca de 40% possuem Ensino Médio completo ou superior incompleto, apesar do elevado percentual de pessoas com escolaridade inferior a essa (cerca de 45%), residem com os pais, em domicílio urbano e com baixo rendimento *per capita*.

Ainda a respeito do perfil dos nem-nem, foi utilizado o modelo probit para verificar a influência de algumas dessas características sobre a probabilidade de o jovem estar ou não nessa condição na região estudada. As estimativas mostram como característica de maior impacto ser do sexo feminino (em 1995 e em 2005), mas ao longo dos anos sua influência é reduzida, crescendo o impacto do rendimento *per capita* abaixo de meio salário mínimo, que passa a figurar como variável de maior influência na probabilidade de ser nem-nem, em 2015. Dentre os resultados, também é reafirmada a importância da escolaridade na redução de tal probabilidade, embora um pouco menos a cada ano.

Tendo em vista ainda o aumento na possibilidade de ser nem-nem no Nordeste, torna-se necessário que os governantes deem cada vez mais atenção para esses jovens, especialmente em relação ao primeiro emprego. Também, a promoção da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, seja em relação à educação ou ao trabalho, tem sido importante para deixar essas últimas menos propensas à condição estudada. Em contrapartida, não parece ter havido muito avanço quanto à desigualdade de renda, já que o baixo rendimento tem ganhado espaço na determinação dos jovens serem nem-nem. Assim, o resultado para a região Nordeste do Brasil está de acordo com as pesquisas já realizadas sobre a temática para outras partes do país, e em nível mundial, que destacam a participação feminina e o baixo rendimento como características mais marcantes entre os jovens que nem estudam nem trabalham.

Portanto, merece maior atenção por parte dos governantes a abertura de postos de trabalho para os jovens, com destaque para as mulheres. Para um desenvolvimento mais efetivo e equitativo, os avanços na educação, como vem acontecendo no país e na região, devem alinhar-se à criação de oportunidades de emprego para homens e mulheres. Não sendo assim o problema permanece, mas com o diferencial de que os nem-nem são cada vez mais qualificados.

REFERÊNCIAS

BAYER, M. F.; MAINARDES, J. Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE): breve contextualização dos aspectos históricos e conceituais. *In: XI Seminário de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Educação. Anais [...]* Maringá, 2012, p. 181-200.

BRASIL. Ministério da Educação. **Ações e Programas**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/acoes-e-programas>. Acesso em: 18 de março de 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Programa Mais Educação: passo a passo**. (Série Mais Educação). Brasília, 2013. 48 p.

CAMARANO, A. A. *et al.* Estão fazendo a transição os jovens que não estudam, não trabalham e não procuram trabalho? *In: CAMARANO, A. A. (Org.). Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?* 1 ed. Rio de Janeiro: IPEA, 2006, v. 1, p. 259-290.

CARDOSO, A. Juventude, trabalho e desenvolvimento: elementos para uma agenda de investigação. *Caderno CRH* (UFBA. Impresso), v. 26, 2013, p. 293-314.

CARDOSO JÚNIOR, J. C. Políticas públicas de emprego, trabalho e renda no Brasil (Cap. 7). *In: IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasil: o estado de uma nação – mercado de trabalho, emprego e informalidade, 2006/Paulo Tafner, editor. Rio de Janeiro: IPEA, 2006. p. 397-446.*

CNI - SESI. CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA - SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA. **Destino: educação** – Diferentes países. Diferentes respostas. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2011.

CORROCHANO, M. C. Jovens Aprendizes - uma análise a partir da experiência de jovens egressos e instituições formadoras. **Relatório Final de Pesquisa.** São Paulo, novembro, 2011.

CORSEUIL, C. H.; BOTELHO, R. U. **Desafios à trajetória profissional dos jovens brasileiros.** 1. ed. Rio de Janeiro: IPEA, 2014. 324 p.

COSTA, J. S. M.; ULYSSEA, G. O fenômeno dos jovens nem-nem. *In: CORSEUIL, C. H.; e BOTELHO, R. U. (Org.). Desafios à trajetória profissional dos jovens brasileiros.* 1 ed. Rio de Janeiro: IPEA, 2014, v. 1, p. 115-140.

CRUZ, R. E. Banco Mundial e Política Educacional: o Projeto Nordeste para Educação Básica e seus desdobramentos no Piauí (1994-1998). *In: II Encontro de Pesquisa em Educação da UFPI, 2002, Teresina. CD ROM, do II Encontro de Pesquisa em Educação da UFPI, 2002.*

FAT - FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR (Ministério do Trabalho). **Protrabalho.** Disponível em: <http://portalfat.mte.gov.br/codefat/resolucoes-2/resolucoes-por-assunto/geracao-de-emprego-e-renda/programas/protrabalho/>. Acesso em: 25 de junho de 2020.

FIGUEIREDO, A. M. R.; ALMEIDA, J. B. S. A. População nem-nem: uma análise a partir dos dados da PNAD 2012. **Revista de Estudos Sociais**, v. 19, 2017, p. 106-129.

FPA - FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. **Os intocáveis (V):** a saga dos jovens brasileiros excluídos do trabalho e da educação. FPA Comunica 11. São Paulo, 2013.

GARCIA, M. F. *et al.* A condição do jovem no mercado de trabalho brasileiro: uma análise comparativa entre o emprego e o primeiro emprego (1999-2009). Brasília (DF): **Revista ANPEC**, 2012, v. 13, p. 481-506, set./dez..

HARTWIG, M. Migração campo cidade: trajetórias de vida, trabalho e escolarização de jovens trabalhadores. *In: I Seminário Internacional e I Fórum de Educação do Campo da Região Sul do RS: Campo e cidade em busca de caminhos comuns. Anais [...]* Pelotas, 2012.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Brasil em números.** Rio de Janeiro, 2015v. 23, p. 1-446.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de Indicadores Sociais 2014.** Rio de Janeiro: IBGE, 2014.

MONTEIRO, J. C. M. Quem são os jovens nem-nem? Uma análise sobre os jovens que não estudam e não participam do mercado de trabalho. *In*: BONELLI, R.; CASTELAR, A. (Org.). **Ensaio IBRE de economia brasileira I**. 1 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2013, v. 1, p. 231-248.

MONTE, P. A.; PENIDO, M. R. J. Determinantes da duração esperada do emprego urbano e rural no Nordeste brasileiro. **Revista de Economia e Sociologia Rural** (Impresso) , 2008, v. 46, p. 989-1013.

OLIVEIRA, M. M. **Modelos de escolha binária**. Faculdade de Economia da Universidade do Porto, 1998. Disponível em: https://www.fep.up.pt/disciplinas/2E103/modelos_de_escolha_binaria.pdf. Acesso em: 19 de maio de 2018.

PAIS, J. M. A construção sociológica da juventude: alguns contributos. *In*: **Análise Social**, v. XXV, 1990, p. 139-165.

PASSOS, A. F.; COSTANZI, R. N. **Evolução e perspectivas dos programas de geração de emprego e renda**. Mercado de trabalho - conjuntura e análise. Rio de Janeiro, 2002, v. 20, p. 47-60.

PEDREIRA, L. A. Políticas públicas destinadas a juventude: a experiência da lei da aprendizagem na Bahia. *In*: VI Seminário da Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRB, 2016, Cachoeira. Poder e Cultura. **Anais** [...] Cachoeira, 2016.

PEREIRA, S. M. C. **Projeto Nordeste de Educação Básica e o Fundescola: uma análise do discurso governamental e do Banco Mundial sobre a qualidade do ensino**. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista - UNESP. Araraquara, 2007. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/553>. Acesso em: 15 jan. 2020.

QUEIROZ, S. N. **Migrações, retorno e seletividade no mercado de trabalho cearense**. Tese (Doutorado em Demografia) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas - SP, 2013. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/280933/1/Queiroz_SilvanaNunesde_D.pdf. Acesso em: 27 fev. 2020.

REMY, M. A. P. A.; VAZ, D. V. Fora da escola e do mercado de trabalho: o jovem “nem-nem” no Estado do Rio de Janeiro. **Revista da ABET**, 2017, v. 16, n. 2.

SULIANO, D. C. **Expansão e interiorização da Universidade Federal do Ceará (UFC): avaliação das repercussões educacionais e sociais**. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/7995>. Acesso em: 24 mar. 2020.